

Debate sobre Guitton e o Vaticano II no Forum Loyola (Espanha)

1 - Apresentação do tema ao Forum Loyola - Espanha

13 de Marzo, 2003 20:22:26 (+0100)

Estimados amigos del Forum

Lovado sea Jesus Cristo!

Submeto a la apreciación de ustedes la afirmación de Jean Guitton, considerado el maior filosofo catolico del siglo XX, amigo intimo del Papa Paolo VI por longos 28 años, e presente en el Concilio Vaticano II (1962-1965):

"Cuando leo los documentos concernientes al Modernismo, tal como fue definido por San Pío X, y cuando los comparo con los documentos del Concilio Vaticano II, no puedo dejar de quedar desconcertado. Porque lo que fue condenado como una herejía en 1906 fue proclamado como siendo y debiendo ser en adelante la doctrina y el método de la Iglesia. Dicho de otro modo, los modernistas en 1906 me aparecen como precursores. Mis maestros hacían parte de ellos. Mis padres me le enseñaban. ¿Cómo San Pío X pudo repeler a los que ahora me aparecen como precursores ? "

(Jean Guitton, Portrait du Père Lagrange, Éditions Robert Laffont, Paris, 1992, p. 55 - 56. La versión en español del original en frances és mia).

¿Que piensam ustedes de la importante afirmación de Guitton?

In corde Iesu semper

Marcelo Fedeli

S. Paulo - Brasil

2 - Parecer do Revdo. Pe. Jose Ignacio Munilla

14 de Marzo, 2003 05:26:40 (-0500)

Pues yo creo que a pesar de la aparente contradicción que nos propone el sr Marcelo Fedeli, la cosa está bastante clara.

El Concilio Vaticano II se fundamenta en toda el magisterio católico anterior. Y de hecho, así lo confiesa expresamente como declaración de principios, como no podía ser de otra forma.

El Sr Jean Guilton habrá podido tener en algún momento alguna percepción contraria, pero no cabe duda de que se trata de una opinión personal, no parangonable con el magisterio de la Iglesia. Es más, conociendo el espíritu de absoluta adhesión al magisterio de la Iglesia que animaba a Jean Guilton, creo que sería manipular su memoria el intentar encuadrarlo con el cisma lefevrista, o similares.

A mí me parece mucho más significativo el hecho de que algunas de las congregaciones que se habían apartado de la Iglesia tras el cisma lefebrista, hayan vuelto al seno de la comunión católica, después de comprender que no es lo mismo el Concilio, que la caricatura que se había hecho de él. Para esta clarificación de ideas, ha sido muy importante el desarrollo doctrinal posterior al Concilio:

Prueba irrefutable de que el Concilio asume y engarza con toda la tradición católica, está en la culminación del Concilio en la publicación del Catecismo de la Iglesia Católica, con una nitidez insuperable en su doctrina, así como la publicación de encíclicas como Veritatis Splendor, etc, etc....

De todas formas, me permito recordar que una cosa es que debatamos en el "foro Loiola" sobre lo adecuado de las expresiones de Jean Guilton, cosa que me parecería correcta; y otra cosa distinta es que pretendiésemos poner en tela de juicio al mismo magisterio de la Iglesia, lo cual estaría fuera del cauce de este foro, que se confiesa por principio, adherido al magisterio eterno de la Iglesia Católica.

José Ignacio Munilla Aguirre

www.euskalnet.net/salbatore

www.loiola.org

3 - Resposta de Marcelo Fedeli ao Parecer do Revdo. Pe. Jose Ignacio Munilla

18 de Marzo, 2003 16:30:45 (+0100)

Revdo. Pe. José Ignacio Munilla,

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

Pedindo sua bênção sacerdotal, agradeço sua valiosa contribuição ao tema que abri, em que Guilton declara, em resumo, que "o Concílio Vaticano II introduziu na Igreja o método e a doutrina do Modernismo, condenado por S. Pio X", especialmente na encíclica "Pascendi Dominici Gregis", e no "Decreto Lamentabili", ambos documentos, infelizmente, totalmente esquecidos ou desconhecidos hoje, pela maioria dos fiéis.

Com todo o respeito, e com sua permissão, Revdo. Pe. Munilla, gostaria de fazer algumas considerações sobre sua colaboração, seguindo as suas afirmações, para tornar o meu português mais claro a todos.

1 - O senhor inicia afirmando:

"Pues yo creo que a pesar de la aparente contradicción que nos propone el sr Marcelo Fideli, la cosa está bastante clara".

1A - Quem afirmou ao que o senhor chama de "aparente contradicción" foi Guitton; eu só a encaminhei ao Forum, sem qualificá-la.

Concluindo o parágrafo com "la cosa está bastante clara", o senhor justifica:

2 - "El Concilio Vaticano II se fundamenta en toda el magisterio católico anterior".

Se o senhor puder mostrar claramente como o Concílio Vaticano II se fundamenta pelo menos na Encíclica "Pascendi Domini Gregis", e não é contrário a ela como afirmou Guitton, seria ótimo para desmentir a afirmação daquele que é considerado o maior filósofo católico do século XX , esclarecendo, assim, a muitos católicos e não católicos.

Aguardo essa sua importantíssima contribuição.

Prossegue o senhor:

3 - "El Sr Jean Guitton habrá podido tener en algún momento alguna percepción contraria, pero no cabe duda de que se trata de una opinión personal, no parangonable con el magisterio de la Iglesia".

Sobre a sua afirmação acima, permita-me primeiramente informar-lhe de um importante detalhe relativo àquela assertiva de Guitton, e , depois, apresentar-lhe duas outras observações.

3A - Declaração de Guitton no final do parágrafo anterior enviado ao Forum.

Ao final do parágrafo imediatamente anterior à citação que enviei ao Forum, porém não incluída nela, assim se expressa Guitton, falando sobre o Modernismo, conforme definido e condenado na "Pascendi":

"O modernismo assim definido estará sempre presente de uma forma marginal nas

controvérsas que eu examino aqui, relativas ao Padre Lagrange. E eu quero me exprimir livremente e claramente sobre esse tema"

(Jean Guitton, Portrait du Père Lagrange, Ed. Robert Laffont, Paris, 1992, p. 55. O negrito é meu).

Segue a citação enviada ao Forum.

Como senhor vê, Revdo. Pe. Munilla, essa última afirmação de Guitton, dita até um tanto quanto solenemente, nos mostra que o conceituado filósofo fez questão de salientar o cuidado que teve antes escrever aquela grave afirmação, demonstrando, assim, que ela é o resultado de um pensamento não de improviso, não fruto de "algum momento", mas sim de algo bem maturado e muito bem pesado, medido e refletido. Claro, esse detalhe, não estando na citação anterior, só pode ser levado em conta daqui em diante. Mas é importante para as nossas considerações.

As observações que se seguem, com sua permissão, também nos levam a discordar da sua afirmação.

3B - Normalmente, nenhum livro sai à luz antes de ser visto e revisto várias vezes pelo seu autor, dependendo tanto da importância deste, como do tema . Se isso acontece até conosco, em nossos, de longe, não tão importantes escritos, quanto mais em escritos de autores importantes, e sobre graves questões. Ora, Guitton tinha perfeito conhecimento da importância mundial da sua pessoa, portanto das conseqüências dos seus pronunciamentos, tanto como filósofo e como católico que era, realçado ainda por ser confidente de muitos membros da hierarquia da Igreja, especialmente, de Paulo VI, de quem fora amigo íntimo.

Assim, é de se supor que, além de ter dito solenemente que "queria se expressar

livremente e claramente" à respeito do modernismo no Concílio Vaticano II, ele também reviu o que afirmou. Portanto, aquela afirmação do conceituado filósofo não pode, de forma alguma, ter sido oriunda de "algum momento", como o senhor escreveu.

3C - A afirmação de Guitton se encontra num livro por ele redigido em 1992, a pedido do Papa João Paulo II

A sua suposição, Revdo. Pe. Munilla, poderia ser perfeitamente considerada se Guitton tivesse dito aquele grave pronunciamento numa conversa informal, em roda de amigos, ao fim de um exaustivo dia de trabalho. Mas não! Ele a escreveu, e, ainda, a escreveu não numa obra sua qualquer, mas num livro redigido a pedido do próprio Papa João-Paulo II, conforme o mesmo Guitton expõe já em suas primeiras linhas:

"J'ai écrit cet ouvrage à la demande du pape Jean-Paul II. Le 12 décembre 1990, le Saint-Père m'écrivait, de Castel Gandolfo:

«Vous êtes en train d'écrire un livre sur le père Lagrange afin de préparer sa canonisation. C'est moi qui vous ai chargé de ce travail»

(Op. Cit. P. 11).

Dessa forma, jamais Guitton teria nela registrado, sobre tão sério tema, afirmação tão grave, resultante de "un momento": "O Concílio Vaticano II introduziu doravante na Igreja o método e a doutrina do Modernismo, condenado pelo Papa S. Pio X".

Assim é perfeitamente lógico concluir que o próprio Papa João-Paulo II, ou alguém da sua confiança, o leu, e até hoje não houve nenhuma restrição oficial, nem oficiosa, a respeito daquela tão grave acusação.

Concordo com o senhor que "se trata de una opinión personal, no parangonable con el magisterio de la Iglesia".

Mas, para quem foi considerado o maior filósofo católico do século XX; amigo íntimo de Paulo VI (desde 1950, quando este era Mons. Montini, Substituto na Secretária de Estado do Vaticano, até a morte daquele Papa, em 1978); único leigo presente na 1ª Sessão (1962) do Concílio Vaticano II a convite expresso de João XXIII, e presente também nas demais sessões daquele Concílio junto com outros leigos; que tem, até hoje, referências e páginas até no site oficial do Vaticano; cujos livros sempre foram (e são) exaltados por tantos membros da hierarquia (e de significativos fiéis) por seu pensamento ser considerado católico, o senhor há de convir que, embora seja uma opinião pessoal, ela não deixa de ter seu forte pêso, apesar de não ser "parangonable con el magisterio de la Iglesia".

Portanto, baseado no que o senhor diz, seria extremamente proveitoso que o senhor nos esclarecesse a respeito daquela afirmação, para não manter eternamente Guitton no "alto do pedestal" de fidelidade ao Magistério, de que goza, e não simplesmente nos dizer que, especificamente nesse caso, se trata de opinião pessoal daquele filósofo. Haveria em Guitton outras "opiniões pessoais" "no parangonables con el magisterio de la Iglesia"?

Continua o senhor, Revdo. Pe. Murilla, em sua mensagem:

4 - "Es más, conociendo el espíritu de absoluta adhesión al magisterio de la Iglesia que animaba a Jean Guitton, creo que sería manipular su memoria el intentar encuadrarlo con el cisma lefevrista, o similares".

Aqui também, com sua permissão, gostaria de submeter ao seu parecer, as seguintes observações:

4A - "Es más, conociendo el espíritu de absoluta adhesión al magisterio de la Iglesia que animaba a Jean Guitton..."

O senhor mesmo confirma e aceita o prestígio de que Guitton goza nos meios católicos, como de um "espírito de absoluta adhesión al magisterio de la Iglesia"... De "absoluta adhesión al magisterio de la Iglesia", porém, que pode ter se expressado diferentemente do próprio Magistério da Igreja, e em grave matéria, "por algum momento"... Portanto, a sua "absoluta adhesión al magisterio de la Iglesia", não é tão absoluta assim... pois "hay momentos...!"

4B - "... creo que sería manipular su memoria el intentar encuadrarlo con el cisma lefevrista, o similares".

Aqui, Revdo. Pe. Munilla, com todo o respeito, julgo que o senhor se enganou ao afirmar que, divulgar aquela afirmação de Guitton "sería manipular su memoria el intentar encuadrarlo con el cisma lefevrista, o similares".

Se o senhor ler com atenção a citação de Guitton, o senhor notará que ele não recrimina o Concílio Vaticano II, como fazem não só os "lefevristas, o similares", por ter "introduzido na Igreja doravante o método e a doutrina do Modernismo, condenado por S. Pio X". Na realidade, ele só constata esse fato e a recriminação ele a faz contra S. Pio X, ao afirmar "¿Cómo San Pío X pudo repeler a los que ahora me aparecen como precursores ? "

Portanto, afirmar que divulgar tal afirmação seria "intentar encuadrarlo con el cisma lefevrista, o similares", não é aplicável de forma alguma neste caso. Além do mais, quero também me expressar claramente e livremente, como Guitton, que não faço parte de nenhuma sociedade cismática, nem da FSPX.

Mais uma vez, com sua permissão e com todo o respeito, o senhor, ao pensar que Guitton estivesse criticando o Vaticano II, e não S. Pio X, deixa transparecer que o senhor concebe qualquer crítica àquele pastoral Concílio como proveniente de seitas cismáticas, especialmente se as críticas se referem à sua ruptura com o Magistério de sempre da Igreja.

Mas isso não é assim. Há, por exemplo, dois atuais cardeais que afirmam a ruptura havida entre o Vaticano II e o Magistério da Igreja, que de forma podem também ser enquadrados como cismáticos. São eles o Cardeal Ratzinger e o Cardeal Kasper. Eis o que eles afirmaram:

Cardeal Ratzinger (que foi teólogo consultor do cardeal Frings (de Colônia), no Concílio Vaticano II), afirma que o documento Gaudium et Spes, "é um Anti Syllabus" (Cfr. Cardeal Joseph Ratzinger, Teoria dos Princípios Teológicos, Ed. Herder, Barcelona, 1985, pp. 457-458).

Cardeal Kasper (ainda quando bispo, em 2000), declarou que o Concílio Vaticano II

rejeitou um dogma que a Igreja, antes dele, sempre ensinara:

"No Concílio Vaticano II a Igreja Católica rejeitou a posição que ela freqüentemente sustentara no passado, pela qual ela julgara as religiões não cristãs como heresias e superstições. Na Declaração *Nostra Aetate*, sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não-cristãs, o Concílio clara e francamente estabeleceu que a Igreja "nada rejeita o que há de verdade e de santo nessas religiões"

(Mons. Walter Kasper - hoje Cardeal Secretário da Pontifícia Comissão Conciliar para a Promoção da Unidade dos Cristãos - *The Unicity and Universality of Jesus Christ*, 17 de Outubro de 2.000, p 5).

Em outras palavras, ambos os cardeais afirmando que tais documentos do Vaticano II foram contra os *Syllabus*, e até contra o princípio estabelecido já na BULA UNAM SANCTAM - do Papa Bonifácio VIII, de 1302 - que não há salvação fora da Igreja - princípio defendido posteriormente por todos os documentos do Magistério, e atacado de todas as formas pelo Modernismo, ambos os cardeais declararam o mesmo que Guitton afirmou, embora restringindo-se a certos documentos: o Vaticano II introduziu na Igreja princípios defendidos pelo Modernismo, que fora explicitamente condenado anteriormente.

O senhor julga que, ao publicar essas afirmações de Ratzinger e de Kasper, seria também como que "intentar encuadrarlos con el cisma lefevrista, o similares" ? ... ou seria, então, propagar "la caricatura que se había hecho de Concílio"? Seria isso? Ou seria que o pastoral, e não dogmático (como assim ele mesmo se declarou) Vaticano II teria de fato rompido, pelo menos nos documentos citados pelos cardeais acima, com o ensinamento do Magistério da Igreja?

5 - Prossegue o senhor:

"Prueba irrefutable de que el Concilio asume y engarza con toda la tradición católica, está en la culminación del Concilio en la publicación del Catecismo de la Iglesia Católica, con una nitidez insuperable en su doctrina, así como la publicación de encíclicas como *Veritatis Splendor*, etc, etc....".

Parece-me que o senhor, pelo menos, concorda que o Concílio Vaticano II não foi, digamos, muito claro em seguir o Magistério... pois o senhor apresenta como "Prueba irrefutable de que el Concilio asume y engarza con toda la tradición católica...", não os

documentos do próprio Concílio Vaticano II, mas a "publicación del Catecismo de la Iglesia Católica, con una nitidez insuperable en su doctrina, así como la publicación de encíclicas como Veritatis Splendor, etc, etc....".

Ora, se como "prova irrefutável" de determinada qualidade de certos documentos é necessário recorrer a outros (e ainda com "etc, etc...."), significa que os primeiros, pelo menos, deixavam a desejar. Não é verdade?

5 - O senhor finaliza:

"De todas formas, me permito recordar que una cosa es que debatamos en el "foro Loiola"

sobre lo adecuado de las expresiones de Jean Guittou, cosa que me parecería correcta; y otra cosa distinta es que pretendiésemos poner en tela de juicio al mismo magisterio de la Iglesia, lo cual estaría fuera del cauce de este foro, que se confiesa por principio, adherido al magisterio eterno de la Iglesia Católica".

5A - "De todas formas, me permito recordar que una cosa es que debatamos en el "foro Loiola" sobre lo adecuado de las expresiones de Jean Guittou, cosa que me parecería correcta;...".

É exatamente essa minha intenção: apresentar e debater num Forum católico, uma das polêmicas expressões de Guittou!... (e há mais... e muito mais!...).

5B - "y otra cosa distinta es que pretendiésemos poner en tela de juicio al mismo magisterio de la Iglesia, lo cual estaría fuera del cauce de este foro, que se confiesa por principio, adherido al magisterio eterno de la Iglesia Católica".

Isso, com todo o respeito Revdo. Pe. Munilla, não me parece justo o senhor supor de minha parte, pois jamais duvidei, duvido e duvidarei, com a graça de Deus, do Magistério da Igreja, bem como do axioma "Roma locuta, causa finita", tão criticado, tão combatido e, pastoralmente, tão impiedosamente condenado pelo Modernismo e pelos Modernistas, de ontem e de hoje.

Foi exatamente o Modernismo quem pleiteou, e que ainda pleiteia, a liberdade total dos fiéis ao Magistério da Igreja. Foi o Modernismo quem introduziu na mentalidade dos fiéis o "direito de questionar" o Magistério da Igreja, em nome da "Dignidade Humana", em nome dos "Direitos Humanos", em nome da "Liberdade de expressão", em nome do "Pluralismo Religioso"... Foi o Modernismo que, instigando os fiéis contra o Dogma, transformou a Igreja numa nova Torre de Babel, onde todos, feitos baratas tontas, estão continuamente à "procura de verdades"...em todas as religiões, filosofias, crenças e seitas, e nada, e nunca encontram, justamente por repudiarem o ensinamento de sempre do Magistério da Igreja, único ensinamento da verdade de Cristo.

Revdo. Pe. Munilla, quero registrar que sempre aceitei, aceito e aceitarei, pleno e integralmente, o ensinamento do Magistério Ordinário e Extraordinário da UNAM, SANCTAM ET CATHOLICAM APOSTOLICAM ECCLESIAM, única Igreja de Cristo, em cuja fé rezo para Deus me manter até o último instante de minha vida, e para o que, Revdo. Pe. Munilla, peço também as suas orações.

***In corde Iesu semper
Marcelo Fedeli
S. Paulo - Brasil***

***4 - Parecer do Sr. Gorka Gondriz
17 de Marzo, 2003 10:40:25 (+0100)***

Totalmente de acuerdo con la percepción de Munilla en la contestación a Guitton y el Vaticano II. No debatamos lo que no es debatible: el magisterio de la Iglesia

Gorka

5 - Resposta de Marcelo Fedeli ao Sr. Gorka Gondriz

28 de Marzo, 2003 21:26:56 (+0100)

Estimado senhor Gorka,

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

Agradeço o interesse manifestado pelo senhor diante da tão grave afirmação de Guitton, segundo a qual, em resumo, “o Concílio Vaticano II introduziu na Igreja o método e a doutrina do Modernismo, condenado pelo Papa S. Pio X, através da encíclica Pascendi Dominici Gregis”, escrevendo:

“Totalmente de acuerdo con la percepción de Munilla en la contestación a Guitton y el Vaticano II. No debatamos lo que no es debatible: el magisterio de la Iglesia.”

Sobre sua mensagem, gostaria de fazer as seguintes observações:

I - Primeiramente, diz o senhor:

“Totalmente de acuerdo con la percepción de Munilla en la contestación a Guitton y el Vaticano II”.

Se assim é, pediria ao senhor, como pedi ao Revdo. P. Munilla, a caridade de nos mostrar, baseado em documentos, como o Vaticano II é uma continuidade dos ensinamentos da encíclica Pascendi, para não dizer de todo o Magistério infalível da Igreja, desmentindo, dessa forma, aquela gravíssima afirmação de Guitton.

II - O senhor conclui:

“No debatamos lo que no es debatible: el magisterio de la Iglesia”.

Embora em tese sua afirmação seja verdadeira, não me parece plenamente aplicável ao tema, pois:

A - Pessoalmente

Não estou propondo, de forma alguma, debater o Magistério Infalível e de sempre da Igreja, pois debatê-lo significaria, no mínimo, colocá-lo em dúvida. E isso, estimado senhor Gorka, jamais fiz, e espero, com a graça de Deus, jamais fazê-lo.

Não se trata de debater o Magistério Infalível da Igreja, mas sim de defendê-lo, como é nosso dever de católicos.

Foi o Modernismo quem propôs (e ainda propõe hoje) debater o Magistério Infalível da Igreja, incluindo o Dogma, em nome da liberdade e da dignidade do homem, levantando dúvidas sobre toda e qualquer verdade sempre defendida pela Igreja, ao tempo em que procuravam (e procuram) enaltecer a menor centelha de verdade, em toda e qualquer heresia ou cisma que encontram. Aceitam absolutamente tudo de qualquer religião ou confissão religiosa, do passado e do presente, só não aceitando o Magistério de sempre e Infalível da Igreja, que ainda é considerada por eles não mais SANCTAM, mas pecadora.

B - Quanto a Guitton:

Quem afirmou a ruptura do pastoral Concílio Vaticano II com o anterior Magistério da Igreja foi Guitton, considerado, apresentado e incensado como um católico exemplar por uma grande maioria de católicos do mundo, incluindo muitos até da hierarquia.

Ora, como a assertiva de Guitton não faz parte do Magistério da Igreja, embora o atinja, podemos perfeitamente debatê-la para sabermos se aquele filósofo, tão estimado por Paulo VI, disse a primeira e única falsidade da sua vida, ou mais uma das suas verdades, como geralmente muitos consideram todas as suas afirmações, quase como “Guitton locuto, causa finita”!

Se a gravíssima afirmação de Guitton é uma falsidade, como é possível ainda considerá-lo, louvá-lo, e apresentá-lo como o maior filósofo católico do século XX? E como, por sua vez, o Papa Paulo VI não teria percebido, durante 28 anos de encontros e conversas, o fundo mentiroso daquele seu grande e íntimo amigo?

Se verdadeira, como se explica que o Concílio Vaticano II “introduziu na Igreja o método e a doutrina do Modernismo, condenado por S. Pio X, pela Pascendi, em

1907”, rompendo, portanto, com o Magistério da Igreja?

E, note, que Guitton fez aquela gravíssima afirmação há 11 anos, e num livro escrito a pedido do próprio Papa João-Paulo II.

C - Quanto ao Concílio Vaticano II:

Creio que o senhor, ao afirmar que “No debatamos lo que no es debatible: el magisterio de la Iglesia”, portanto, quis se referir ao Concílio Vaticano II.

Assim, suponho que o senhor, incluindo os ensinamentos do pastoral Concílio Vaticano II no Magistério de sempre e Infalível da Igreja, não admite que ele seja debatido, mas totalmente aceito, talvez sob pena de excomunhão, da mesma forma como entendemos os 20 outros Concílios anteriores, como o de Constantinopla, o de Nicéia, o de Trento e o Vaticano I, nos quais o Papa decidiu proclamar como verdades dogmáticas determinados ensinamentos dos padres conciliares.

Se seu pensamento for este, devemos, então, verificar os ensinamentos do mesmo

Magistério sobre a natureza do caráter infalível do Magistério da Igreja, ou seja, quando os pronunciamentos papais, ou os proclamados por um Concílio, devem ser entendidos e aceitos como infalíveis ou não. E, aqui, só para recordar, abrimos um outro tópico complementar sobre esse tema.

III - Magistério da Igreja

Todos sabemos que o Magistério da Igreja pode ser de duas naturezas :

A - Extraordinário: quando a Igreja, por meio do Papa, se pronuncia de forma solene e clara sobre um ensinamento relativo à Fé e à Moral, definindo uma verdade de modo dogmático, que todo o fiel deve aceitar, e jamais debatê-la, ou colocá-la em dúvida, sob pena de excomunhão.

Isso pode ser feito exclusivamente por um Papa, ou por ele confirmado quando aquela verdade é definida por um Concílio, sob sua autoridade.

Assim ocorreu com todos os 20 Concílios anteriores ao Vaticano II., cujos ensinamentos dogmáticos devem ser sempre aceitos e jamais colocados em debate ou em dúvida por qualquer católico.

B - Ordinário:

O Magistério Ordinário, conforme ensina a Igreja, pode ser:

B1 - Infalível: quando repete o magistério infalível anterior ou quando uma mesma verdade é sempre ensinada e repetida universalmente por diversos papas e em épocas diferentes, mesmo sem ser pronunciada ex-cátedra pelo Papa, ela passa a pertencer ao Magistério Ordinário Infalível da Igreja. É a própria Tradição da Igreja, constituída por um conjunto de verdades que são transmitidas intelectualmente de geração em geração.

B2 - Não Infalível: como explicou o Cardeal Journet: quando se tratam, "ao contrário, de ensinamentos que não são propostos nem com esta universalidade, nem com esta constância, soluções a problemas recentes que a Igreja ainda não generalizou, e nos quais mais precisamente, ela não entende engajar plenamente sua autoridade prudencial, nós diremos que o Magistério não os propõe senão de modo falível" (Cardeal Journet, L'Église du Verbe Incarné, Vol. I, p. 456. O negrito é meu).

Portanto, quando os ensinamentos se enquadram nesta última hipótese, sendo esta considerada como falível, os ensinamentos que nela se enquadram são passíveis de discussão ou de debate também pelos fiéis, evidentemente havendo fortes razões para isso, ou seja, especialmente quando contraria o próprio Magistério Infalível, sempre com todo o respeito e à luz do próprio Magistério Infalível da Igreja.

Isso posto, vamos verificar em que Magistério se enquadra o Concílio Vaticano II, para concluirmos se seus ensinamentos podem ou não ser debatidos.

IV - A NATUREZA DO CONCÍLIO VATICANO II

Desde a concepção da convocação do Concílio por João XXIII, passando pelo discurso de sua abertura pronunciado por aquele mesmo Papa, reafirmado diversas vezes pelo papa Paulo VI que lhe deu prosseguimento e o encerrou, confirmado posteriormente por inúmeros prelados que dele participaram ou não, não há dúvida alguma que o Concílio Vaticano II se classificou intencionalmente e simplesmente como pastoral e não dogmático.

Tomo a liberdade de apresentar somente algumas citações mais significativas, quer por quem as pronunciou, quer pela a ocasião em que foram pronunciadas, para ilustrar melhor aqueles que eventualmente não tiveram ainda a oportunidade de sabê-las:

1 - João XXIII - extrato do discurso de abertura do Concílio Vaticano II (11/10/62):

“Uma coisa é a substância da antiga doutrina do depositum fidei, e outra é a formulação de que se reveste: e é esta que se deve, com paciência, se necessário, ter em grande conta, tudo medindo segundo as formas e proporções de um magistério de características prevalentemente pastorais”

(O negrito é meu).

2 - Comissão Teológica do Concílio Vaticano II, tratando da autoridade dos pronunciamentos conciliares declarou em 16/11/1964 (portanto, no decorrer do próprio Concílio):

"Tendo em conta a praxe conciliar e o fim PASTORAL do presente Concílio, este sagrado Concílio só define aquelas coisas relativas à fé e aos costumes que abertamente declarar como de fé. Tudo o mais que o Sagrado Concílio propõe, como doutrina do Supremo Magistério da Igreja, devem-no os fiéis receber e interpretar segundo a mente do mesmo Concílio, a qual se deduz quer do assunto em questão, quer do modo de dizer, segundo as normas de interpretação teológica".

(Compêndio do Vaticano II, Ed. Vozes, Petrópolis 1969, p. 21-22.)

Portanto, segundo própria Comissão Teológica do Concílio Vaticano II, este deve ser entendido como PASTORAL, e que ele só “propõe” (não impõe) como doutrina do Supremo Magistério da Igreja.

3 - Paulo VI - em discurso pronunciado em janeiro de 1966, um mes após o encerramento do Concílio Vaticano II (07/12/65):

“Há quem pergunte que autoridade, que qualificação teológica o Concílio quer atribuir aos seus ensinamentos, pois bem se sabe que ele evitou dar solenes definições dogmáticas envolventes da infalibilidade do Magistério Eclesiástico. A resposta é conhecida, se nos lembrarmos da declaração conciliar de 6 de Março de 1964, confirmada a 16 de novembro desse mesmo ano. Dado o caráter Pastoral do Concílio, evitou este proclamar em forma extraordinária [ex cathedra] dogmas, dotados da nota de infalibilidade. Todavia, conferiu a seus ensinamentos a autoridade do Supremo

Magistério da Igreja"

(Apud Compêndio do Vaticano II p. 31. O negrito é meu).

4 - Cardinal Ratzinger: discurso à Conferência Episcopal Chilena, citado no jornal "Il Sabato", de 30 de julho - 5 de agosto de 1988:

"A verdade é que o próprio Concílio não definiu nenhum dogma e que ele conscientemente quis se exprimir num nível mais modesto, simplesmente como um Concílio pastoral"

(O negrito é meu).

5 - Padre Pierre Blet, S.J. - atual professor de História Eclesiástica na Universidade Gregoriana e autor de um famoso livro sobre Pio XII, recomendado pelo próprio Papa João Paulo II, declarou recentemente:

"Considerando

que o Concílio [Vaticano II] não proclamou nenhuma definição dogmática que seja obrigatória, cada um tem então o direito de examinar o que pode aceitar" (Padre Pierre Blet, entrevista publicada em Una Voce, Julho-Agosto de 2002).

Portanto, fica inequivocamente claro que, sendo a natureza do Concílio Vaticano II puramente pastoral, e não dogmática, ele não faz parte do Magistério Extraordinário, que é sempre infalível, da Igreja.

Resta verificar, agora, se o Concílio Vaticano II pode ser enquadrado no Magistério Ordinário Infalível, ou seja, quando confirma ou repete os mesmos ensinamentos da Igreja anteriormente expressados por diversos papas, no decorrer do tempo (apesar da afirmação do Pe. Blet, acima, que por si só é suficiente).

Para isso, basta verificar, ainda que superficialmente, se nos documentos do Vaticano II há repetição de ensinamentos constantes anteriores, com as devidas referências aos respectivos documentos, como por exemplo, aos ensinamentos estabelecidos dogmaticamente pelo Concílio de Trento, ou pelo Vaticano I; ou ainda aos ensinamentos contidos na Encíclica Mirari Vos (15/08/1832) do Papa Gregório XVI; às encíclicas de Pio IX, Quanta Cura e os Syllabus (08/12 /1864); ou à Humanum Genus (20/04/1894) e à Inscrutabili Dei Consilio (21/04 /1878), de Leão XIII; à Pascendi Dominici Gregis (08/09/1907) de S. Pio X; à Mortalium Animos (06/01/1928) de Pio XI; ou à Mediador Dei (20/11/1947) e à Humani Generis (12/08/1950) de Pio XII.

Ou ainda a outros documentos do Magistério, tais como à Bula Unam Sanctam (1302, do Papa Bonifácio VIII); à Bula Quo Primum Tempore (do Papa S. Pio V, 14/07/1570); à Carta Apostolica Testem Benevolentiae (22/01/1899, do Papa Leão XIII); ao Decreto Lamentabili Sine Exitu (03/07/1907) e à Carta apostólica Notre Charge Apostolique (22/11/1910), ambos de S. Pio X; ou ao Decreto Contra o Comunismo (Pio XII, 1949); ou à Constituição Veterum Sapientiae (22/02/1962, do Papa João XXIII [aliás documento este, não sei por que, não muito divulgado, não estando nem publicado nem no site oficial do Vaticano].

Se houver referências constantes aos ensinamentos de muitos documentos anteriores, é um sinal positivo da continuidade do Magistério.

Claro que após essa verificação superficial e preliminar, devemos estudar todos esses documentos e compará-los aos documentos do Vaticano II, não à moda luterana segundo a própria razão, mas à luz do Magistério de sempre e infalível da Igreja, conforme no-lo ensina S. Vicente de Lerino, Doutor da Igreja, na sua obra II Commonitorio, trad. it., Edizioni Paoline, Alba 1968, pp. 61-64.

Segundo S. Vicente de Lerino, ainda, na obra acima citada, se o “sensus fidei” nos alerta que há alguma coisa de estranho aos ensinamentos do Magistério de sempre e infalível da Igreja em alguma “nova opinião”, os fiéis têm o direito e o dever de consultar “a antigüidade” para proteger a própria fé diante de quem, com a intenção de dizer sob “novas formas” antigas verdades, na realidade proclama “idéias novas”, contrárias ao Magistério infalível da Igreja.

Ora, diante do Concílio Vaticano II, o “sensus fidei” de qualquer fiel fica alertado ao simples fato de saber, por exemplo, que muitos teólogos que haviam sido condenados ao silêncio, ou afastados de suas cátedras em 1950 por Pio XII (Encíclica Humani Generis) pelos seus erros doutrinários, atuaram, depois, como peritos no Concílio Vaticano II. A isso, acrescenta-se um novo alerta do “sensus fidei”: muitos deles voltaram a ser condenados depois do Concílio.

Outro fato que desperta o “sensus fidei” de todos, de que há “coisas estranhas” naquele Concílio, é a sua própria história, com seu desenrolar repleto de alterações no sistema de votação, na definição dos componentes das suas Comissões, nas circunstâncias que originaram os documentos, nas influências na sua elaboração, nos conluíus ‘subterrâneos’, conforme bem descreve o P. Ralph M. Wiltgen, no seu livro “The Rhine flows into the Tiber : a history of Vatican II”, redigido em 1966 , em Roma, e lançado nos Estados Unidos em 1967 - dois anos após o encerramento do Concílio Vaticano II. Segundo o Pe. Wiltgen, os teólogos (incluindo os que haviam sido condenados anteriormente por Pio XII) desempenham um papel maior que o dos bispos, que o Concílio pode ser chamado como “o Concílio do Pe. Rahner”.

Ou, então, basta seguir a orientação que nos foi dada por Nosso Senhor Jesus Cristo : “pelos frutos conhecemos a árvore”. Foi exatamente esse “sensus fidei” que o Revdo. Pe. Juan Antonio Iglesias Oliva utilizou quando escreveu sua mensagem a este Forum.

Como o Concílio Vaticano II é puramente pastoral, não dogmático, o Cardeal Ratzinger, por exemplo, comparando um dos seus documentos fundamentais, a *Gaudium et Spes*, aos *Syllabus* de Pio IX, chegou àquela terrível conclusão, já citada na mensagem que enviei ao Revdo. P. Munilla:

"Se se deseja emitir um diagnóstico global sobre este texto poder-se-ia dizer que significa uma revisão do *Syllabus* de Pio IX, uma espécie de *Antisyllabus*".

"Contentemo-nos aqui com a comprovação de que o documento desempenha o papel de um *Antisyllabus*, e, em consequência, expressa a intenção de uma reconciliação oficial da Igreja coma nova época estabelecida a partir do ano de 1789"

(Cardeal Joseph Ratzinger, *Teoria dos Princípios Teológicos*, Editorial Herder, Barcelona, 1985, pág. 457-458).

Portanto, segundo o Cardeal Ratzinger, Prefeito da Congregação da Doutrina para a Fé, o documento *Gaudium et Spes*, não só não segue o Magistério anterior, mas lhe é até contrário, é um "*Antisyllabus*", ou seja, a *Gaudium et Spes* é "*contra os Syllabus*".

E o atual Cardeal Kasper, ainda quando bispo, em 2000, declarou que o Concílio Vaticano II rejeitou um dogma que a Igreja, antes dele, sempre ensinara:

"No Concílio Vaticano II a Igreja Católica rejeitou a posição que ela freqüentemente sustentara no passado, pela qual ela julgara as religiões não cristãs como heresias e superstições. Na Declaração *Nostra Aetate*, sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não-cristãs, o Concílio clara e francamente estabeleceu que a Igreja "nada rejeita o que há de verdade e de santo nessas religiões"

(Mons. Walter Kasper - hoje Cardeal Secretário da Pontifícia Comissão Conciliar para a Promoção da Unidade dos Cristãos - *The Unicity and Universality of Jesus Christ*, 17 de Outubro de 2.000, p 5).

Como o senhor pode notar, estimado Gorka, não foi só o Modernista Guitton quem afirmou a ruptura do Vaticano II com o Magistério anterior da Igreja: há também cardeais.

Diante do quadro acima exposto, agravado ainda por uma série de outros fatos ocorridos após o Concílio Vaticano II (por exemplo, o Catecismo Holandês, a rejeição à encíclica *Humanae Vitae* por muitos representantes do clero, etc., etc. e etc.), e diante ainda da profunda e grave crise que vem assolando a Igreja, com o decorrente declínio mundial da prática da religião no pós Concílio, torna-se evidente que temos fortes e suficientes razões para questionar os documentos daquele pastoral Concílio, e não simplesmente fechar nossos olhos e deixar o barco correr. Como seria possível debater

a tese de Guitton sem analisar os documentos do Vaticano II, especificamente à luz dos ensinamentos da Pascendi, e incluindo também todo o Magistério Infalível da Igreja? Caso contrário, Guitton faz aquela terrível afirmação, e tudo continua como se nada tivesse ocorrido?

Assim, envei aquela declaração de Guitton ao Forum, para expor aos amigos católicos a terrível questão, como dever de consciência católica, conforme orientação de S. Vicente de Lerino (e até com a permissão implícita do próprio Concílio Vaticano II, que defende a liberdade de consciência, tese de que não quero jamais fazer uso, pois vai contra o Magistério de sempre e infalível da Igreja, a que me submeto totalmente).

Dessa gravíssima questão gostaria de receber uma explicação lógica, clara, e objetiva, fundamentada em documentos, e não em escorregadios, sinuosos e confusos arazoados retóricos, nem em subjetivas e simples afirmativas, ou negativas, fundamentadas no “eu acho”... ou “eu penso”, utilizando, e jamais debatendo, o Magistério Infalível e de sempre da Igreja, como guia da verdade, que é como Deus, eterna e imutável.

Meu caro Gorka, peço-lhe desculpas, como aos demais amigos do Forum, pela prolixidade desta mensagem, motivada exclusivamente pela gravidade que atribuo à questão e ao correspondente desejo de ser o mais claro e objetivo possível.

***In corde lesu semper
Marcelo Fedeli
S. Paulo - Brasil***

6 - Parecer do Sr. Alberto Lopez Navarro

19 de Marzo, 2003 00:35:36 (+0100)

Alabado sea Jesucristo.

Tengo que decir que a mí también me han asaltado algunas dudas respecto a algunos textos del Vaticano II. Por ejemplo, el siguiente, de la encíclica "Dignitatis Humanae":

"Todos los hombres, conforme a su dignidad, por ser personas, es decir, dotados de razón y de voluntad libre, y, por tanto, enaltecidos por la responsabilidad personal, tienen la obligación moral de buscar la verdad, sobre todo la que se refiere a la religión.

Están obligados, asimismo, a adherirse a la verdad conocida y a ordenar toda su vida

según las exigencias de la verdad. pero los hombres no pueden satisfacer esta obligación de forma adecuada a su propia naturaleza si no gozan de libertad psicológica al mismo tiempo que de inmunidad de coacción externa. Por consiguiente, el derecho a la libertad religiosa no se funda en la disposición subjetiva de la persona, sino en su misma naturaleza. Por lo cual, el derecho a esta inmunidad permanece también en aquellos que no cumplen la obligación de buscar la verdad y de adherirse a ella; y su ejercicio no puede ser impedido con tal que se guarde el justo orden público."

Esto me hace plantearme preguntas como las siguientes:

- Si envío a mi hijo a catequesis para la 1ª comunión, y él prefiere quedarse viendo la tele, ¿estoy coaccionándole, o violando su libertad psicológica? ¿Y si le envío a un colegio de religiosos contra su voluntad (supongamos que ya en la adolescencia, cuando claramente goza de libre albedrío)?

- El hecho de que la Iglesia imponga una serie de mandamientos (como participar en la S. Misa todos los Domingos) que es necesario cumplir para permanecer en estado de gracia, y de que defina una serie de dogmas que se han de creer, ¿no va en contra de lo que expresa el citado párrafo? Según el arriba citado texto, si estoy honestamente "buscando la verdad" y a mí me parece que es mejor no ir a Misa, o que cierto dogma de fé no tiene sentido, mi actitud sería correcta.

Quiero dejar clara también mi voluntad de ser fiel al Magisterio de la Iglesia, pero al leer documentos como la arriba citada "Dignitatis Humanae" y compararlos con, por ejemplo, la "Quanta Cura" y el "Syllabus" de Pío IX, me resulta muy difícil tratar de armonizarlos, aunque ambos pertenecen a dicho Magisterio. Por ejemplo, en el Syllabus se leen las siguientes afirmaciones:

XV. Todo hombre es libre para abrazar y profesar la religión que guiado de la luz de la razón juzgare por verdadera.

XVI. En el culto de cualquiera religión pueden los hombres hallar el camino de la salud eterna y conseguir la eterna salvación.

VII. Es bien por lo menos esperar la eterna salvación de todos aquellos que no están en la verdadera Iglesia de Cristo.

XVIII. El protestantismo no es más que una forma diversa de la misma verdadera Religión cristiana, en la cual, lo mismo que en la Iglesia, es posible agradar a Dios

Pero aparecen (creo que es necesario aclararlo) ... ¡como ERRORES que es necesario condenar!

Efectivamente, parece haber (en mi modesta opinión) ciertas contradicciones entre ambos documentos, aunque resulta difícil comparar el lenguaje claro y sin rodeos del Syllabus con el más ambiguo y proclive a múltiples interpretaciones de la DH. ¿Podría

algún forista arrojar algo de luz sobre este tema?

En Cristo, os saluda

Alberto López Navarro

7 - Resposta do Sr. G. Querejeta ao Parecer do Sr. Alberto Lopes Navarro

20 de Marzo, 2003 21:39:07 (+0100)

El texto citado en la Dignitatis Humanae es un texto importante para entender lo que es la Libertad religiosa dado que se asiente sobre tres bases que podemos expresar así:

a. La moralidad de los actos, cuya bondad son los que nos hacen agradables a Dios, depende no de que se den, sino de que se hagan de manera humana, es decir, con libertad. Dar limosna será algo bueno, pero no es un acto moral si se hace obligado o de manera inconsciente. Para ser moralmente bueno necesita de que sea realizado libremente. El hombre debe buscar la verdad y actuar conforme a esa verdad primero reconociéndola como tal (primer acto libre en la virtud de la veracidad) y segundo viviéndola en el orden que toque (la justicia, la templanza, la fe, etc.) Como Dice la Dignitatis Humanae, "guiado por la conciencia del deber" (DH 1), es decir como un acto de responsabilidad libre ante la verdad.

b. Dios, creador de esta estructura en el hombre al hacerlo a su imagen y semejanza, la respeta al manifestársele en la Revelación. Ya no es una verdad, sino la Verdad que se nos da en Cristo, la cual es garantizada con signos de credibilidad. La respuesta del hombre por medio de la fe es también una respuesta libre ya que la voluntad asiente la Verdad por cuanto es el sumo bien de la persona. Así pues, es también un acto moral y no un mero asunto intelectual. La respuesta ala revelación no es un acto indiferente, sino preñado de consecuencias morales de enorme trascendencia. Pero siempre bajo a respuesta libre a la libre manifestación de Dios.

c. Para que esa adhesión se pueda dar libremente el ser humano debe gozar de todas las condiciones favorables tanto externas como internas para que ese acto sea lo más plenamente humano posible. Por eso debe haber una libertad de coacción externa que obligue de manera contraria a las propias convicciones. La segunda parte es la libertad psicológica, la cual para existir necesita de estar sostenida por la vivencia de toda una serie de virtudes y de toda una ascesis que son las que la hacen posible. no se trata de un mero poder decidir lo que quiera entre dos o más propuestas, sino de ser capaz de ello. Este es el marco de DH 3

Lo que no hay lugar en el documento conciliar es al indiferentismo religioso como si uno pudiera escoger la religión que quisiera: "Así, pues, profesa en primer término el Sagrado Concilio que Dios manifestó al género humano el camino por el cual los hombres, sirviéndole a El, pueden salvarse y llegar a ser felices, en Cristo. Creemos que esta única verdadera Religión subsiste en la Iglesia católica y apostólica, a la cual el Señor Jesús confió la obligación de difundirla a todos los hombres, diciendo a los Apóstoles: " Id, y enseñad a todas las gentes bautizándolas en el nombre del Padre y del Hijo y del Espíritu Santo, enseñándoles a observar todo cuanto yo os he mandado " (Mt., 28,19 - 20). Por su parte, todos los hombres están obligados a buscar la verdad, sobre todo en lo que se refiere a Dios y a su Iglesia, y, una vez conocida, a abrazarla y practicarla." (DH 1)

También es absurdo sostener con la DH que el criterio último de escoger la religión es la razón y el mero esfuerzo del hombre. Una cosa es que la religión y la revelación se pueden razonar y son racionales y conforme ala razón, y otra cosa muy distinta tener al racionalismo como juez de la religión y de la verdad revelada. Lo que el documento señala es la obligación moral del hombre de definirse respecto de Dios y de reconocer cuanto de verdad encuentre en el tema (una verdad que no es sostenida sólo por la razón,, sino por una recta vida moral y la misma oración sincera del hombre que busca una verdad que no es objeto, sino ser personal: Dios) no pudiendo haber otro fin en el camino que Cristo en la Iglesia. Ahora bien, todo esto lo contempla la DH como un proceso en el que la Iglesia acompaña al hombre hacia la plenitud respetando la expresión honrada de su propia conciencia, pero señalando dónde está la plena Verdad al modo como se da el proceso de Catecumenado en los que quieren recibir el bautismo. La mirada del documento conciliar se sitúa desde el punto de vista de misionero en un mundo en el que la fe católica no es mayoritaria y en la que los mismos cristianos son objetivo urgente de evangelización, pues su paganización es manifiesta. Por eso, a veces choca el planteamiento conciliar respecto de otros planteamientos cuando la Iglesia habla a una sociedad cristiana que disfruta hasta como valor cultural y social del contenido de la Verdad revelada.

Respecto a la cuestión de si al niño o al adolescente se le coacciona en su libertad si se le obliga a ir a misa, hemos de tener en cuenta dos cosas. La primera es que para que haya esa libertad hace falta un educación en la virtud, entre ellas la obediencia y la fe en quien sabe más y que muestra la obligación misma como un bien, no como algo arbitrario. Si no se actúa así, la libertad es esclava de pasiones, gustos y caprichos. Si en los adultos esto provoca estragos en la vida moral, no digamos en los niños. en segundo lugar, la prudencia y el arte con se ha de llevar al niño precisamente a apreciar lo que muchas veces le resulta tedioso o molesto. Todo ello con paciencia. El mandar por mandar es contraproducente. y por supuesto, precediendo siempre con el ejemplo.

Respecto del segunda cuestión, es lo mismo que la anterior sólo que aplicado por la Iglesia a sus fieles. El ser adultos no quiere decir que lo seamos de vedad. Por eso, la Iglesia nos tiene recordar algunas cosas de manera perentoria dada la trascendental importancia que para el vivir cristiano tienen. Eso sí, son mandatos humanos y como tales están sujetos a la capacidad humana de cumplimiento. Respecto de la postura de la

honestidad con que uno busca la verdad y acepte un dogma o no, ya está señalado también arriba. En la búsqueda de la verdad está también la confianza y la fe quien sabe más. Salvo que hubiera un problema realmente grave en la fe o en la práctica religiosa de esa persona, una conducta así es gravemente irresponsable, racionalista y caprichosa.

En cuanto a los documentos citados de Pío IX:

a. "Todo hombre es libre para abrazar y profesar la religión que guiado de la luz de la razón juzgare por verdadera" Es evidente que contraría tanto al pensamiento tradicional de la Iglesia como lo expresado en la DH. Se trata de un contexto racionalista e ilustrado en el que la religiones se entienden como expresiones culturales en los que a través de sus ritos y creencias, no tiene más fin que fomentar la pureza de la acción moral del hombre, para la cual la religión es sólo un medio.

b. "En el culto de cualquiera religión pueden los hombres hallar el camino de la salud eterna y conseguir la eterna salvación" Como se decía antiguamente hay que distinguir. Si se quiere decir que cualquier religión es tan verdadera como otra es falso de raíz (véase al cita arriba de DH 1) Si se quiere decir que el hombre que no conoce la verdadera religión cristiana se puede salvar si honradamente vive conforme a sus creencias, es cierto y así lo afirma la teología en todos los tiempos de la historia de la Iglesia. Si se quiere decir que una persona, aun conociendo y reconociendo la verdadera Fe, puede salvarse siguiendo la vida religiosa al margen de la Fe, es falso de raíz como se puede comprobar en los primeros números de la DH. Es más, la aceptación de que los hombres pueden salvarse sin conocer la fe verdadera no debe llevar a una disminución del afán misionero. La respuesta verdadera al verdadero Dios en la Fe es vital en la misma vida moral que nos hace acreedores del premio eterno o del castigo eterno. Así lo muestran Sab 13 y Rom 1, 19-32: "Nuestra vida moral tiene su fuente en la fe en Dios que nos revela su amor. San Pablo habla de la "obediencia de la fe" (Rm 1,5) como de la primera obligación. Hace ver en el "desconocimiento de Dios" el principio y la explicación de todas las desviaciones morales. Nuestro deber para con Dios es creer en El y dar testimonio de El" (Catecismo 2087)

c. "Es bien por lo menos esperar la eterna salvación de todos aquellos que no están en la verdadera Iglesia de Cristo. " Es redundar en lo anterior. Los textos atacan al indiferentismo y no a la voluntad universal de salvación de Dios

d. "El protestantismo no es más que una forma diversa de la misma verdadera Religión cristiana, en la cual, lo mismo que en la Iglesia, es posible agradar a Dios" Es más de lo mismo. Objetivamente la cosa es clara antes y ahora. el mundo de la conciencia es sólo de Dios y el individuo, y sólo Dios juzga. Lo único condenado es el indiferentismo y la ignorancia de quien opine eso. en nada se opone a la DH.

En conclusión, creo que es muy importante leer a fondo la Dignitatis Humanae desde la perspectiva misionera que tiene el concilio de hablar de Dios y con la postura de Dios a un mundo en el que muchos no son cristianos y en el que muchos cristianos tiene que recorrer casi como catecúmenos el camino hasta la plenitud de la fe desde su actual vida

paganizante. También es muy importante una lectura de la Dominus Iesus para centrar bien el tema de la Verdad y el progreso subjetivo de la vivencia de dicha verdad.

8 - Resposta do Revdo. Pe. Juan Antonio Iglesias Oliva ao Sr. A. Lopez

24 de Marzo, 2003 01:31:04 (+0100)

Queridos amigos:

He seguido en parte el intercambio de pareceres sobre algunas afirmaciones de Jean Guittton sobre el Concilio Vaticano II.

Debo decir que el tema de fondo que se suscita me parece apasionante, es decir: ?La Iglesia reformada con posterioridad al Concilio Vaticano II continúa en la misma línea y en la misma tradición que la Iglesia anterior a ese Concilio? O lo que es lo mismo, pero mucho más profundo: ?La Iglesia católica de hoy es la verdadera Iglesia católica?

En mi opinión, existen puntos que de verdad chirrían, y de ahí nace lo que llamaría el malestar del catolicismo de nuestros días. Es decir, que la Iglesia católica, frente a las denominaciones protestantes, es eminentemente Iglesia de la Tradición, y esto es tan cierto que quien lo niegue no es católico. La Tradición es para la Iglesia Católica, que es la Iglesia de Jesucristo, tan fundamental que entra a formar parte de su misma definición,

y, por tanto, sin Tradición no hay Iglesia.

Ahora bien, una de las situaciones más paradójicas y extrañas propia de la etapa inmediatamente posconciliar fue la negación, si no en principio, sí en la práctica, de muchos aspectos que habían formado parte integrante durante siglos de la herencia católica. Es decir, para muchos lo importante era la novedad, en nombre del Concilio, la novedad muchas veces descabellada e incluso errónea. En suma, una rebelión en masa contra la Tradición. Hasta el punto de que todavía en nuestros días ser tachado de tradicional o tradicionalista es en muchos casos un verdadero insulto.

El lugar común de hoy en día viene a ser que el Concilio Vaticano II se sustenta por sí mismo, sin ninguna necesidad de tener en cuenta la tradición anterior o inmediata.

Fijémonos si no de que manera se invoca "el Concilio", solo con esta palabra: el Concilio por antonomasia es el Vaticano II, igual que hace años decir el Apóstol sin más era referirse a San Pablo.

Ahora bien, aunque creo firmemente que el Concilio Vaticano II no contiene en sí nada

que se aleje de la verdad católica -yo soy católico, ¿cómo podría decir otra cosa?- lo admiro con sinceridad y lo acepto en todos sus términos, me niego firmemente a hacer de él el único centro de mi vida y de mi espiritualidad, como cristiano y como sacerdote. Para mí es tan importante Nicea, Letrán IV, Trento o el Vaticano II. Todos son concilios de la Iglesia, y en todos ellos alienta la misma y única Tradición de la Iglesia. Es imposible seguir contraponiendo la Iglesia de después del Concilio Vaticano II a la de antes de ese Concilio, como si se tratara de dos Iglesias diferentes, como si la de hoy fuera infinitamente mejor que la de ayer. Me niego. Si el Concilio Vaticano II forma parte de la Tradición de la Iglesia, debe ser interpretado de acuerdo con esa tradición, es decir, que no es el Concilio la clave de interpretación de la Tradición, sino la Tradición la clave de la interpretación del Concilio. Esto fue lo que siempre se creyó en la Iglesia a lo largo de toda su historia, que lo de hoy tiene sentido a la luz de lo de ayer, de lo de siempre. Se puede profundizar en el conocimiento de la misma verdad, puede haber una evolución homogénea del dogma, pero lo que no puede suceder es un cambio sustancial en la misma verdad. La Iglesia no la inventó el Concilio Vaticano II ni los pastoralistas que después le siguieron, la Iglesia tiene ya dos mil años de historia y siempre ha sido la Iglesia de Jesucristo. Jesucristo en persona habló sólo a sus discípulos, pero aunque creo en la asistencia del Espíritu Santo no sólo en el Vaticano II, sino también en toda la historia de la Iglesia, lo siento, pero nadie vio al Hijo de Dios pasear por San Pedro del

Vaticano durante las discusiones conciliares. Y sin embargo, a mí me han vendido durante años que fue un paso tal del Espíritu por la Iglesia como no se había conocido en toda su historia.

Los hombres pueden cegarse, pero Dios sigue mirando. Muchos seminarios están vacíos.

Ha disminuído de manera alarmante la práctica de la confesión.

Ha disminuído la asistencia a la Misa dominical.

La desafección del pueblo fiel por muchas de las leyes de la Iglesia y por la moral es en muchos casos proverbial.

¿Estos son los maravillosos frutos del Concilio? No diré que el Concilio sea el culpable -ni mucho menos-, pero sí que todo ésto ha sucedido en la etapa posconciliar. Ojalá pudiera surgir un verdadero y profundo debate eclesial, en el que por fin se pueda revisar sin prejuicios de ningún tipo -ni a favor, ni en contra- lo que ha sucedido en estos últimos cuarenta años.

Hay que amar a la Iglesia de Jesucristo porque es la Iglesia de Jesucristo, con o sin Concilio. Hay que amar a Jesucristo, el Hijo de Dios, por encima de todo.

Por último, sé que algunas de las cosas que aquí afirmo suscitarán quizás la extraneza en muchos. Quiero por ello manifestar mi sincera adhesión a todo el Magisterio de la Iglesia, incluido el Vaticano II, y mi adhesión absoluta al Santo Padre el Papa Juan Pablo

II, al tiempo que someto todas mis opiniones al juicio de la Iglesia.

Un abrazo a todos.

Juan Antonio Iglesias Oliva

9 - Resposta de Marcelo Fedeli ao Parecer do Pe. Juan Antonio Iglesias Oliva
April 09, 2003 4:50 PM

Rev.mo Pe. Juan Antonio Iglesias Oliva

Louvido seja Nosso Senhor Jesus Cristo, com sua benção sacerdotal.

Muito me alegrou ao receber sua carta e nela notar o grande amor que o senhor tem para a Santa Esposa de Cristo, a UNAM SANCTAM ET CATHOLICAM ECCLESIAM, que de fato, hoje, como o senhor bem salientou, passa por grave e profunda crise -- talvez jamais vista --- mas que dela, como sempre, sairá mais vitoriosa, pois as "portas do inferno jamais prevalecerão contra Ela", como Nosso Senhor nos prometeu.

Pela sua carta, Revdo. Pe. Juan Iglesias, transparece que o senhor, utilizando bem o seu "sensus fidei", de que fala e recomenda S. Vicente de Lerino (Doutor da Igreja e por mim referido na mensagem que enviei ao Sr. Gorka), procura verificar o Vaticano II à luz da Tradição católica, que faz parte do Magistério da Igreja, juntamente com a Revelação.

Nada mais justo e correto para quem crê absolutamente na Santa Romana Igreja, condição em que me incluo totalmente.

Porém, o sentido de Tradição, ensinado pelos propugnadores da Nova Teologia triunfante no Concílio Vaticano II, difere do sentido de Tradição que a Igreja sempre entendeu e ensinou.

A Tradição, de acordo com o ensinamento do Magistério de sempre da Igreja, é constituída por um conjunto de verdades transmitidas intelectualmente pela Igreja, de geração em geração.

Porém, seguindo o pensamento da Nova Teologia, para o Concílio Vaticano II, Tradição é a transmissão da experiência mística e pessoalística da Revelação.

Dessa ambigüidade do sentido de Tradição surgiram as dúvidas, as polêmicas e as divisões pós conciliares entre os católicos, pois, se a Revelação, segundo o Vaticano II, é mais uma transmissão de experiências do que de verdades, como se aplicará a Tradição católica de verdades para interpretar a experiência pessoalística?

(En passant, Rev.do. Pe. Iglesias, note que o Concílio, que pretendeu reunir tudo e a todos, acabou dividindo os católicos, principalmente devido a esse novo conceito de Tradição).

Aproveito para informá-lo que foi divulgado recentemente, no site em que colaboro, uma longa e documentada análise justamente sobre esse tema, comentando resposta a nós enviada por um teólogo de importante e famoso Instituto católico italiano, sobre aquela confissão de Guitton.

Trata-se de uma análise objetiva, totalmente fundamentada nos ensinamentos de sempre da Igreja, bem como no pensamento do Modernismo, através de estudo de inúmeras obras de importantes e conceituados teólogos da Nova Teologia, que participaram do Concílio Vaticano II na qualidade de peritos, e que acabaram introduzindo nos diversos documentos daquele grande Sínodo, o novo conceito de Revelação, de Igreja, etc.. causando todos aqueles sintomas negativos que o senhor muito bem apontou em sua mensagem.

Ficaria muito agradecido se o senhor me permitisse de lhe enviar tanto a resposta daquele Instituto, como os nossos comentários, diretamente ao seu e-mail, para sua análise e parecer (enviá-los via Forum ficaria muito longo e precisaria, com toda a razão, da autorização do Moderador). Para isso, fico no aguardo do seu e-mail.

Quanto ao mais, da mesma forma que o senhor, na qualidade, porém, de simples fiel católico, batizado, portanto membro do Corpo Místico de Cristo, e da Igreja militante (expressões essas em desuso há 40 anos...), me submeto totalmente ao ensinamento infalível da Igreja.

Mais uma vez reitero a alegria em ter visto na sua carta um sacerdote que se preocupa com o bem da Igreja, portanto, com a salvação das almas que lhe foram confiadas.

Não se esqueça de mim em suas orações.

***In corde lesu semper
Marcelo Fedeli***

Nota: a mensagem acima foi devolviada, e não publicada, pelo Moderador do Forum por se tratar de "tema ya antigo...pasado", conforme cópia abaixo.

***10 - Mensagem final do moderador Esteban Munilla Aguirre
April 09, 2003 5:11 PM***

Ese tema es ya antiguo... pasado. Gracias por su colaboracion.

Esteban Munilla Aguirre, Pbro.



Montfort
Associação Cultural
<http://www.montfort.org.br>

sarch@chdo.osakidetza.net
loiola@euskalnet.net